

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Gabinete do Ministro

PORTARIA MEC Nº 248, DE 8 DE ABRIL DE 2025

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 9.432, de 29 de junho de 2018, e nos arts. 30 e 31 do Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Comitê Consultivo de Especialistas para Aperfeiçoamento dos Processos de Avaliação da Educação Básica, de caráter consultivo, no âmbito do Ministério da Educação, com a finalidade de sugerir aprimoramentos às avaliações da educação básica de responsabilidade do Ministério da Educação, em especial em apoio ao exercício das competências de que tratam o Decreto nº 9.432, de 29 de junho de 2018, e o Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023.

Art. 2º Ao Comitê Consultivo de Especialistas para Aperfeiçoamento dos Processos de Avaliação da Educação Básica compete:

I - apresentar recomendações ao Ministério da Educação para, nos termos do art. 31 do Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023, estabelecimento, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep, das diretrizes e orientações para que o Saeb e os sistemas estaduais de avaliação estejam organizados de forma complementar no processo de avaliação da qualidade da alfabetização; e

II - avaliar propostas e apresentar recomendações para aprimoramento e padronização dos procedimentos utilizados e dos normativos com as diretrizes para a avaliação do desempenho dos estudantes na etapa de alfabetização.

Art. 3º O Comitê Consultivo de Especialistas para Aperfeiçoamento dos Processos de Avaliação da Educação Básica será composto por:

I - Leonardo Osvaldo Barchini Rosa, Secretário-Executivo do Ministério da Educação, que o presidirá;

II - Professor Doutor Reynaldo Fernandes;

III - Professor Doutor José Francisco Soares;



IV - Professor Doutor Joaquim Soares Neto;

V - Professor Doutor Adriano Ferreti Borgatto;

VI - Professor Doutor Dalton Francisco de Andrade;

VII - Professor Doutor Heliton Ribeiro Tavares;

VIII - Joelson Severo dos Santos Azevêdo, Coordenador-Geral de Medidas da Educação Básica, da Diretoria de Avaliação da Educação Básica do Inep; e

IX - Alexandre Marques Jaloto Rego, Coordenador de Medidas Psicométricas, da Coordenação-Geral de Medidas da Educação Básica, da Diretoria de Avaliação da Educação Básica do Inep.

§ 1º A função de membro do Comitê Consultivo de Especialistas para Aperfeiçoamento dos Processos de Avaliação da Educação Básica será considerada prestação de serviço público relevante e não remunerada.

§ 2º O Presidente do Comitê Consultivo de Especialistas para Aperfeiçoamento dos Processos de Avaliação da Educação Básica poderá convidar representantes de outros órgãos e entidades, públicos e privados, para participar de suas reuniões, sem direito a voto.

Art. 4º O Comitê Consultivo de Especialistas para Aperfeiçoamento dos Processos de Avaliação da Educação Básica se reunirá, em caráter ordinário, quinzenalmente e, em caráter extraordinário, mediante convocação de seu Presidente.

§ 1º O quórum de reunião do Comitê Consultivo de Especialistas para Aperfeiçoamento dos Processos de Avaliação da Educação Básica é de maioria simples.

§ 2º Havendo necessidade de deliberação, as decisões serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente do colegiado, além do seu voto ordinário, voto de qualidade no caso de empate.

Art. 5º O apoio administrativo e os meios necessários à execução dos trabalhos serão providos pela Secretaria-Executiva do Ministério da Educação.

Art. 6º Os membros do Comitê Consultivo de Especialistas para Aperfeiçoamento dos Processos de Avaliação da Educação Básica que se encontrarem no Distrito Federal se reunirão presencialmente ou por videoconferência, nos termos do Decreto nº 10.416, de 7 de julho de 2020, e



os membros que se encontrarem em outras localidades participarão das reuniões por meio de videoconferência.

Art. 7º O Comitê Consultivo de Especialistas para Aperfeiçoamento dos Processos de Avaliação da Educação Básica deverá concluir seus trabalhos no prazo de trinta dias, a contar da publicação desta Portaria, prorrogáveis por igual período, se necessário, resultando em Relatório Final que será encaminhado ao Ministro de Estado da Educação.

Parágrafo único. O Presidente designará entre os membros do art. 3º, incisos II a VII, relator e revisor do Relatório Final, que deverá ser aprovado nos termos do art. 4º, § 2º.

Art. 8º Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação.

CAMILO SOBREIRA DE SANTANA

(Publicado em: 09/04/2025 | Edição: 68 | Seção: 2 | Página: 13)

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

